

Uma crise que tem nome e sobrenome

Briga entre Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho paralisa as atividades do Congresso e assusta o Governo

Adriana Vasconcelos e
Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA. Tudo começou há quase um ano, no dia 4 de abril, como mais um enfrentamento de caciques. De lá para cá, a briga pessoal transformou-se numa crise do governo Fernando Henrique, crise com nome e sobrenome: Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. Ela paralisou o Congresso, atingiu órgãos como Sudam, Sudene e DNER, afetou indicadores econômicos e assustou líderes da base governista e o próprio presidente.

Semana passada, Jader e Antonio Carlos deram mais dor de

cabeça para o presidente ao apoiar a CPI para investigar as entranhas do governo e a si próprios. Racharam seus partidos e desenterraram escândalos que pareciam sepultados.

Crise mostra falta de articulação do Planalto

Mais do que a paralisação do Congresso — que desde dezembro não vota nada importante — a crise mostra falhas na articulação do governo. O que se vê é Fernando Henrique irado, indo para a linha de frente, como pára-raios. Semana passada, ele foi surpreendido pela decisão de Jader de assinar o requerimento para a criação da CPI.

Na opinião de aliados, o presidente está sem interlocutores confiáveis para traçar um quadro realista da situação.

— As avaliações dele não duram 24 horas — comentou um dos senadores tucanos que jantaram com Fernando Henrique terça-feira e ouviram que Jader havia assegurado que não assinaria o requerimento.

Na última semana, Fernando Henrique esteve com Jader pelo menos duas vezes e com os líderes governistas quase todos os dias. Mesmo assim, segundo assessores, chegou a pensar que tinha perdido o controle da situação. Ao que parece, esta semana não será

diferente. Ele terá de continuar articulando para conter a debandada da base e já avisou a aliados que os que apoiarem a CPI perderão cargos e emendas ao Orçamento.

Argentina é lembrada para conter debandada

Fernando Henrique espera sensibilizar a base com o argumento de que a crise pode ter impacto na economia, nesse momento de insegurança devido à situação da Argentina.

— O governo não teme investigação, mas essa CPI não quer apurar nada. É acerto de contas entre personalidades. O Congresso e o país não vão pa-

rar por isso — diz o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira.

— Jader voltou a pautar ACM e ACM voltou a pautar Jader. Resta saber se eles vão pautar o país — acrescenta o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima.

O clima de pânico de quarta-feira, quando Jader anunciou que apoiaria a CPI, parece ter sido controlado. Mas o governo está longe de se sentir seguro. Seus líderes acham arriscado pôr matérias polêmicas em votação. Por isso, o presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), marcou para o fim de abril a votação da emenda que limita o uso de medidas provisórias.

Há 90 dias o Congresso não vota nenhuma matéria de maior importância. Mesmo as votações consensuais têm andado devagar. Na quarta-feira, por exemplo, o Congresso só conseguiu votar sete das nove medidas provisórias sobre as quais havia acordo.

Aloysio e o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, são alvo de críticas de parlamentares e até de outros ministros. A atuação dos dois na defesa do governo é considerada tímida. Parente passou parte da semana em Londres.

— Tudo recai no presidente. Não há articulação política — afirmou um aliado. ■